

# ESTUDANTES INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES DE UMA ESTUDANTE DE PEDAGOGIA

SILVA, Maristela - estudante;<sup>1</sup>  
BENINCASA-MEIRELLES, Melina Chassot - orientadora<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como tema o acesso e a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior e por objetivo geral produzir uma reflexão analítica sobre o processo de permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. Para tanto, foram desenvolvidos alguns objetivos específicos: refletir sobre percurso educacional formativo como estudante indígena na educação básica; identificar os desafios encontrados nesse percurso formativo enquanto estudante, em especial sobre a permanência no ensino superior; e por fim, dialogar com pesquisas e autores que tratam do tema pesquisado. Do ponto de vista metodológico, optou-se pela pesquisa autobiográfica com o intuito de valorizar a voz indígena e legitimar a produção do conhecimento a partir da experiência articulada com a pesquisa bibliográfica. Os conceitos de interculturalidade e multiculturalismo trazem suporte teórico ao estudo a partir das leituras de Candau (2008, 2010 e 2012). Por fim, em uma perspectiva analítica, a forma de lecionar dos docentes do Curso de Pedagogia; o uso de tecnologias e plataformas digitais e a exigência de escrita acadêmica, foram alguns dos desafios encontrados em meu percurso formativo.

**Palavras chave:** Estudante indígena. Ensino Superior. Acesso. Permanência.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o acesso e a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior e por objetivo geral produzir uma reflexão analítica em especial sobre o processo de permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. Para tanto, será utilizada a pesquisa autobiográfica com o intuito de valorizar a voz indígena e legitimar a produção do conhecimento a partir da experiência. Nesse sentido, foi produzido um relato de experiência que interligue o meu percurso formativo como público alvo da educação indígena na educação básica e como estudante indígena no ensino superior. Dando destaque aos desafios enfrentados nesse percurso

<sup>1</sup>Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Farroupilha, email: dasilvatela2019@gmail.com

<sup>2</sup>Professora orientadora - atuante no Licenciatura em Pedagogia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Farroupilha, e-mail: melina.benincasa@farroupilha.ifrs.edu.br



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

formativo/educativo. Por outro lado, para situar minha experiência com o que vêm sendo produzido no âmbito acadêmico científico, tal abordagem foi articulada com a pesquisa bibliográfica. Para melhor organização e refinamento da pesquisa, foram desenvolvidos alguns objetivos específicos: refletir sobre percurso educacional formativo como estudante indígena na educação básica; identificar os desafios encontrados nesse percurso formativo enquanto estudante, em especial sobre a permanência no ensino superior; e por fim, dialogar com pesquisas e autores que tratam do tema pesquisado.

Início meu relato de experiência retomando minha trajetória escolar ainda na etapa do ensino fundamental, o qual aconteceu numa escola da etnia Kaingang, na cidade de Tenente Portela no Rio Grande do Sul (RS), na qual fiquei estudando durante três anos e meio. No meio dessa jornada, minha família decide se mudar para a cidade de Viamão, também no RS, onde vivia uma comunidade da etnia Guarani, esse seria um desafio pra mim, em especial pela questão da língua. Foi nesta aldeia indígena que eu pude recomeçar as minhas aulas, e na escola da aldeia a organização era de turma multisseriadas, ou seja, tínhamos apenas dois professores que lecionam na língua Guarani e no português entre outras áreas como história, matemática, etc. Nos momentos em que eles davam aula na língua Guarani eu não os compreendia, nosso ponto em comum de comunicação era apenas a língua portuguesa. Mas foi uma experiência boa, pois com o passar do tempo eu pude aprender a falar a língua guarani, eu não fui tratada diferente dos outros alunos(a) e os professores também davam conta das matérias.

Quando eu já estava na quinta série, outros professores não indígenas vieram trabalhar na escola para lecionar as outras matérias (geografia, história, ciências, educação física, ensino religioso, entre outras) e também ajudar na escola. No sentido de dar mais suporte no processo de ensino desses conteúdos e suprir as necessidades de aprendizagem dos alunos. Eu, por exemplo, era uma estudante que tinha dificuldades em me comunicar com as outras crianças, pois eu não dominava a língua Guarani, embora compreendia bem o português.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

Se faz importante destacar que no tempo que tive na escola da aldeia não havia o uso de computadores, tanto para os estudantes quanto para uso dos professores nas aulas. Sendo assim, todas as atividades e trabalhos feitos na escola eram de forma escrita no papel, ou seja, num caderno escolar, essa era uma carência que percebo quando olho para trás na minha trajetória escolar. Inclusive o que me chamava a atenção era que os professores usavam uma máquina de datilografia para preparar as aulas e os materiais que nos davam para fazer as atividades. E mesmo diante disso tudo consegui concluir os estudos nessa escola até a 8<sup>o</sup> série do ensino fundamental. Com o passar do tempo, pude aprender a falar e compreender a língua deles e a escrita que eles usavam durante as aulas e no dia a dia da comunidade. Esse aprendizado de leitura e escrita foi a minha maior dificuldade durante a permanência na escola de etnia Guarani e no contexto da sala de aula. Por outro lado, na convivência com a comunidade eu me comunicava melhor, eu via essa diferença porque você não está dentro da sala de aula, mas sim no dia a dia das famílias que compartilham o cotidiano com você. Inclusive porque eu tinha os meus primos e tios e tias.

O tempo passou e eu saí da comunidade Guarani e voltei para a minha aldeia de etnia Kaingang na cidade de Tenente Portela, onde formei a minha família, mas a questão da nossa vida financeira não era das melhores por conta disso saímos da nossa aldeia, e viemos morar na cidade de Farroupilha (RS), devido a isso parei de estudar pelo período de dez anos, entre meio a esse período eu tive duas filhas. Com minhas filhas maiores, decidi voltar a estudar e mesmo diante das dificuldades financeiras, busquei uma forma de retomar meus estudos, isso com ajuda do meu esposo para que eu pudesse terminar o meu estudo. Neste momento, ingressei em uma turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos) para concluir o meu Ensino Médio, numa escola particular na cidade de Farroupilha no ano de 2016-2017. Para acessar essa escola foi necessário fazer uma prova de todas as matérias (história, ciências, geografia, matemática, entre outras), consegui passar com nota média e me matriculei. Um novo ciclo se iniciou em minha vida, e cursei do 1<sup>o</sup> ao 3<sup>o</sup> ano do Ensino Médio e consegui assim concluir meus estudos.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

Após concluir o EJA fui em busca de cursar o Ensino Superior, no ano de 2018 e 2019, fiz duas provas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para os cursos de Enfermagem e de Licenciatura em Pedagogia. Fui aprovada para o ingresso no curso em 2019, porém a UFRGS não aceitou o meu histórico escolar, por conta disso fiquei dois anos sem frequentar uma faculdade.

Dando continuidade à minha história, eu tive mais uma filha nesse período, no ano de 2019, ano em que recebemos em nossa comunidade um grupo de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), para informar que abririam novos cursos de ensino superior na instituição, com cursos superiores e médio, também foi informado sobre os auxílios para os estudantes e cotas para os estudantes indígenas<sup>3</sup>. Esse acesso por cotas possui respaldo na Lei de nº 12.711 de 2012, a qual reserva 50% das vagas em universidade federais e instituições de ensino técnico federais para alunos que concluíram integralmente o ensino médio em escolas públicas, com subcotas para estudantes de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, visando reduzir desigualdades sociais e raciais e promover a diversidade. Vale ressaltar que a referida Lei de Cotas “[...] foi fruto da luta dos movimentos negros e de outros movimentos sociais pelo acesso ao ensino superior (Brasil, 2014).

De acordo com as informações disponibilizadas no site do Ministério da Educação, no ano de 2023 a Lei de Cotas foi aprimorada, dentre as mudanças efetivadas, dou destaque as seguintes: mudança no mecanismo de ingresso; necessidade de monitoramento anual da Lei e sua avaliação a cada dez anos; e a Inclusão de outros órgãos, além do Ministério da Educação, como responsáveis pelo acompanhamento da Política de Cotas: o Ministério da Igualdade Racial; o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; o Ministério dos Povos Indígenas; e a Secretaria Geral da Presidência da República (MEC, 2023).

---

<sup>3</sup> Resolução nº 023, de 23 de abril de 2019. Aprova a Política de Ingresso Especial e Permanência do Estudante Indígena do IFRS.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

Dando seguimento a minha história, me interessei por ingressar no Curso de Pedagogia, fiz a prova em 2020 e fui aprovada. Optei pela Pedagogia, pois enquanto mãe via as dificuldades das minhas filhas nas atividades que as professoras davam para elas fazerem em casa com ajuda dos pais, com o pouco conhecimento que eu tinha ajudava as minhas filhas nas atividades da escola. Então com o curso teria mais conhecimento para ajudar as minhas filhas nas atividades da escola entre outras atividades etc.

No ano de 2020 ingressei na primeira turma do curso de Pedagogia através das cotas indígenas, e começo a minha trajetória no curso. Vale ressaltar que durante os primeiros meses de curso, enquanto eu assistia às aulas, meu esposo cuidava de minha filha de sete meses em um sofá alocado na sala do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) para que a cada tempo eu pudesse ir alimentá-la. Isso não me desanimou, porque, quanto mais eu via isso mais esperança eu tinha pra lutar pela minha família e pela minha capacidade de conseguir ir em frente no curso, era mais um dia de luta que eu mesma tinha que passar para dar o meu melhor nos estudos e para minha família.

Após algumas semanas de aula, fomos assolados pela pandemia do Coronavírus<sup>4</sup>, os professores começaram a nos comunicar que as aulas presenciais seriam suspensas e que dariam continuidade às aulas de forma virtual,<sup>5</sup> visto que não se sabia o que iria acontecer com as condições de saúde das pessoas. Essa mudança do acesso do ensino presencial para o ensino virtual, me prejudicou bastante, pois na minha aldeia não havia acesso à internet. Assim como também, eu não possuía computador próprio e nem conhecimento suficiente para acessar as tecnologias necessárias para acompanhar as aulas. Vale destacar que alguns textos e atividades eram entregues na forma impressa na

---

<sup>4</sup> Trata-se de uma família de vírus que causam, principalmente, infecções respiratórias e provocam a doença chamada coronavírus ou Covid-19. Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: Outubro de 2025.

<sup>5</sup> Em agosto de 2020 o Campus Farroupilha ofertou algumas disciplinas na modalidade APNP (Atividades pedagógicas não presenciais) com adesão optativa por parte dos estudantes. Tais disciplinas poderiam ter seus créditos aproveitados no retorno do calendário acadêmico que no momento havia sido suspenso.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

aldeia pelo Napne, como forma de manter o vínculo entre Curso de Pedagogia e os estudantes indígenas.

Após dois anos de incertezas, em 2022 o Campus se abriu novamente para as aulas presenciais. Nesse retorno, confesso que meu sentimento foi de estar perdida, pois a turma com a qual ingressei em 2020 no presencial havia avançado nos estudos pois conseguiram dar continuidade aos estudos à distância, enquanto eu não. Naquele período de pandemia, consegui acessar algumas atividades que foram entregues de forma impressa na Aldeia, leituras principalmente para não ficar totalmente sem estudar. Mas de qualquer forma, tive que fazer novamente quase todas as disciplinas do primeiro semestre com uma nova turma que havia ingressado no curso neste ano e também com novos professores. O que me gerou novos desafios, entre eles a realização de trabalhos em grupo por exemplo. Também tive muitas dificuldades no acesso aos materiais que eram disponibilizados no formato online na plataforma do Moodle, a qual os professores usavam como apoio às aulas presenciais. Pois, depois da pandemia, a plataforma do Moodle que então não era utilizada nas aulas presenciais, começou a ser usada com mais frequência para compartilhamento de textos, atividades online de discussão como os fóruns e também para envio de atividades avaliativas. Dentro dos desafios de estar no ensino superior, também destaco os momentos de apresentação dos trabalhos, sejam eles em grupo ou individuais, pois até os dias de hoje tenho receio/medo de me expressar em público. Me sinto mais confortável nas aulas práticas, nas quais temos que produzir materiais concretos de ensino, por exemplo, e não preciso estar na frente da turma exposta. Mas creio que eu vou superar essas dificuldade e garantir que não importa qual desafio eu encontre pelo caminho sei que vou superar até o final do curso tenho muito que aprender e mostrar a capacidade que eu tenho da minha pessoa.

O presente trabalho é composto por seis seções, sendo a primeira a Introdução, na qual apresento o meu tema de pesquisa, objetivo do estudo e algumas pistas iniciais sobre a relevância deste estudo. Na sequência, na seção intitulada “Estudantes Indígenas no Ensino Superior: do acesso à permanência” apresento os principais documentos legais



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

responsáveis por abrir o espaço da universidade para os estudantes indígenas e programas que fazem a tentativa de sustentar a permanência desses estudantes nas instituições educativas. Como continuidade, temos a seção intitulada “A Interculturalidade e o Multiculturalismo na Educação” no qual abordo os conceitos que embasam teoricamente a presente pesquisa. Posteriormente temos a Metodologia que apresenta o percurso metodológico escolhido; na seção da Análise compartilho a leitura analítica dos artigos selecionados para realização do presente estudo, com o intuito de dialogar sobre os desafios e dificuldades encontrados pelos estudantes indígenas no processo de permanência no ensino superior. E por fim, as Considerações Finais.

## **2. ESTUDANTES INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR: DO ACESSO À PERMANÊNCIA**

A presente seção tem como objetivo apresentar os documentos legais responsáveis por abrir o espaço da universidade para os estudantes indígenas e programas que fazem a tentativa de sustentar a permanência desses estudantes nas instituições educativas.

Iniciamos dando destaque a Lei de nº 11.645, de 2008, a qual altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/1996 (LDB,1996), ao incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Este foi um primeiro movimento de fazer circular uma nova perspectiva de leitura da história que desde sempre foi contada nas escolas.

O Decreto nº 6.861 de 2009, dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.

Art. 2º São objetivos da educação escolar indígena:

- I - valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;
- II - fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

- III - formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;
- IV - desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- V - elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado; e
- VI - afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena (Brasil, 2009).

O referido Decreto, que trata da educação indígena, já prevê que a organização territorial escolar indígena seja promovida a partir da definição de territórios etnoeducacionais pelo Ministério da Educação, ouvidas as comunidades indígenas e a Fundação Nacional do Índio (Funai), entre outros órgãos.

Do ponto de vista do acesso ao Ensino Superior, temos a Lei nº 12.416, de 2011 que ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/1996 (LDB, 1996), dispõe sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas. No ano seguinte a essa publicação, temos a Lei nº 12.711 de 2012 (Lei de Cotas) já citada anteriormente, a qual reserva vagas em Universidades e Institutos Federais para estudantes de escolas públicas, incluindo pretos, pardos e indígenas. Por outro lado, como forma de auxiliar na implementação das políticas, o Ministério da Educação (MEC) organiza programas de apoio, como é o caso do Programa Bolsa Permanência<sup>6</sup>, que tem por objetivo estabelecer valores diferenciados para os estudantes indígenas e quilombolas, reconhecendo suas vulnerabilidades socioeconômicas na permanência e êxito no percurso acadêmico.

Outro documento importante publicado pelo Ministério da Educação é a Portaria de nº 1.061 de 2013, a qual institui a ação “Saberes Indígenas na Escola”, um programa de formação continuada para professores indígenas, enquanto a Portaria de nº 98 de 2013 regulamenta essa ação, detalhando os procedimentos, objetivos e responsabilidades para sua execução. Tal ação visa promover a formação de professores, oferecer recursos didáticos específicos e apoiar a criação de currículos e materiais pedagógicos que considerem as especificidades das comunidades indígenas.

---

<sup>6</sup> Portaria do MEC nº 389 de 09/05/2023 - promovida pela Portaria do MEC nº 1.999 de 2023.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

Mais recentemente, em 2025, tivemos a publicação da Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais (PNEEI-TEE) tem como finalidade promover a organização e a oferta de qualidade da Educação Escolar Indígena bilíngue, multilíngue, específica, diferenciada e intercultural, com respeito às especificidades e organizações etnoterritoriais dos povos indígenas. Lançada em Julho de 2025 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). O objetivo geral da política se relaciona a concretizar, na prática, a organização da Educação Escolar Indígena em Territórios Etnoeducacionais (TEEs), com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitada suas necessidades e especificidades sociais, históricas, culturais, ambientais e linguísticas, conforme orienta o Decreto 6.861 de 2009.

Por outro lado, temo a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) organizada para ampliar e garantir as condições de permanência e o êxito dos estudantes matriculados nas instituições federais de educação superior e de educação profissional e tecnológica, com especial atenção aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tal política foi Implementada pelas Secretarias de Educação Superior (Sesu) e de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC) em julho de 2024 e, se configura como uma “[...] iniciativa formada por uma série de programas do governo federal que organizam e sistematizam ações já realizadas por universidades e institutos federais, com o intuito de fortalecer a assistência estudantil e o enfrentamento da evasão.” (Brasil, 2024).

Do ponto de vista dos Institutos Federais do Rio Grande do Sul, é importante comentar a presença dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas (NEABIs) regulamentado a partir da Resolução nº 021, de 25 de fevereiro de 2014, os quais se configuram como um espaço “[...] propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa” (IFRS, Neabi, 2014).

Ainda dentro do IFRS destaco a Instrução Normativa Proen nº 08/2020, a qual regulamenta os fluxos e procedimentos de acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para os estudantes indígenas do IFRS. De acordo com este documento, em seu Art. 1º, inciso 3:

O PEI é um recurso pedagógico que tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem dos(as) estudantes indígenas do IFRS. Trata-se de um registro a partir de um levantamento sociolinguístico que considera aspectos históricos-culturais das diferentes etnias dos estudantes indígenas da instituição. Propõe reunir em um documento único os conhecimentos e as habilidades prévias que identificam o repertório do estudante. Visa acompanhar o êxito, acadêmico e de sociabilidade, do estudante indígena, traçando estratégias de ensino e aprendizagem, mediante a valorização da história e cultura indígena. É uma proposta pedagógica que deve ser construída de forma colaborativa pelos(as) profissionais do setor pedagógico, assistência estudantil, docentes e NEABI (ou NAAf), considerando as especificidades desse perfil de alunado.

Ao refletir sobre a existência do PEI em meu percurso, percebi que não tinha muita clareza no que ele significava. Agora olhando para trás sobre as avaliações e os materiais que me eram disponibilizados e dos recursos que eu tinha acesso através dos professores, realmente eram diferentes. A questão dos materiais e das avaliações realmente eram diferentes até a forma que os professores davam os trabalhos e as cobranças dos trabalhos eram diferenciados, então isso me ajudou muito no processo de permanência no curso. Outra questão é que eu realmente participei de poucos encontros para ter o acesso aos acompanhamentos individuais nos horários de atendimento aos alunos, disponibilizados pelos professores a cada semestre. Minha ausência se deu principalmente pelos horários também não baterem com os meus horários de trabalho, então não foram adequados para mim esses horários digo isso porque durante o curso eu realmente tive pouco acompanhamento. Mais sobre a disciplina de conclusão do curso eu realmente tive que abrir mão de alguns horários do meu trabalho para poder concluir o curso, claro que encontrei desafios pelo caminho e muitas dificuldades entre outros mais



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

são obstáculos que precisei enfrentar. Acredito que os estudantes indígenas irão acessar cada vez mais as universidades, e a cada estudante novas jornadas serão desenvolvidas, enfrentando desafios, dificuldades, preconceitos e racismo, os quais ainda estão muito presentes nas instituições.

## **2.1 A INTERCULTURALIDADE E O MULTICULTURALISMO NA EDUCAÇÃO**

Nesta seção trago os conceitos de interculturalidade e multiculturalismo na educação, os quais me auxiliaram a sustentar teoricamente o presente trabalho. Por compreender que o tema sobre o acesso e a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior é fundamental para se pensar políticas públicas que favoreçam a igualdade de acesso e práticas pedagógicas interculturais nas universidades, encontro na teoria de Vera Maria Ferrão Candau – estudiosa de referência em nosso país tais conceitos. Com destaque para o conceito de multiculturalismo crítico, no qual ela propõe uma educação intercultural crítica, que valoriza as identidades culturais e, ao mesmo tempo, questiona as desigualdades, o racismo e o colonialismo presentes na escola e na universidade (Candau, 2008; 2012).

A autora parte do pressuposto que a escola e a universidade são espaços marcados por diversidade cultural, étnica e social, mas que muitas vezes reproduzem práticas monoculturais e eurocêntricas. Destacando que “[...] a perspectiva intercultural crítica implica o reconhecimento das diferenças, mas também o enfrentamento das desigualdades e das relações de poder que hierarquizam culturas e sujeitos” (Candau, 2012, p. 241).

Acreditamos que o acesso às instituições de ensino superior pode ser visto como um avanço de políticas multiculturais, por exemplo a lei de cotas com reserva de vagas específicas para indígenas, assim como também processos de ingresso diferenciados. Por outro lado, a permanência, porém, exige uma abordagem intercultural crítica, ou seja: um acolhimento das formas próprias de conhecimento e aprendizagem dos povos



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

indígenas; a revisão curricular e pedagógica que dialogue com epistemologias indígenas; e o combate ao racismo institucional e ao epistemicídio (Candau, 2008; Candau&Russo, 2010; 2012).

Nessa direção, enquanto estudante indígena, percebo que a universidade parece ainda estar presa a um multiculturalismo liberal, o qual por sua vez, busca a integração das diferenças no sistema existente, sem, no entanto, questionar as desigualdades estruturais que marcam as relações sociais (Candau, 2008). Como por exemplo, ao permitir o ingresso de indígenas nas instituições de ensino superior, mas sem políticas reais de permanência. Sendo assim, penso que para que a permanência indígena se efetive, isso exige a presença de um multiculturalismo crítico, conforme propõe Candau.

Nesse sentido, o multiculturalismo crítico oferece uma lente teórica que permite compreender a permanência indígena não apenas como questão de assistência material ou política, mas como processo de reconhecimento e legitimação de saberes outros. Como destaca Candau (2008), a educação intercultural crítica deve promover a construção de espaços de diálogo horizontal entre diferentes culturas, reconhecendo os conflitos e as assimetrias de poder, mas também afirmando a possibilidade de convivência e aprendizagem mútua.

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo tem como objetivo geral produzir uma reflexão analítica em especial sobre o processo de permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. Para tanto, será utilizada a pesquisa autobiográfica com o intuito de valorizar a voz indígena e legitimar a produção do conhecimento a partir da experiência. Nesse sentido, foi produzido um relato de experiência que interliga o meu percurso formativo como público alvo da educação indígena na educação básica e como estudante indígena no ensino superior. Dando destaque aos desafios enfrentados nesse percurso formativo/educativo. Por outro lado, para situar minha experiência com o que vêm sendo



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

produzido no âmbito acadêmico científico, tal abordagem foi articulada com a pesquisa bibliográfica. Para melhor organização e refinamento da pesquisa, foram desenvolvidos alguns objetivos específicos: refletir sobre o percurso educacional formativo como estudante indígena na educação básica; identificar os desafios encontrados nesse percurso formativo enquanto estudante, em especial sobre a permanência no ensino superior; e por fim, dialogar com pesquisas e autores que tratam do tema pesquisado

A pesquisa autobiográfica é entendida como um caminho de produção de conhecimento que parte da narrativa de si, valorizando a experiência pessoal como fonte legítima de reflexão e formação. Segundo Josso (2004), narrar a própria trajetória é um ato de reconstrução de sentido, no qual o sujeito reflete sobre o percurso vivido, os contextos em que esteve inserido e as aprendizagens que emergem dessa experiência. Nessa perspectiva, a escrita de si se constitui como uma forma de diálogo entre o pessoal e o coletivo, uma maneira de compreender a própria história em relação com o mundo (Josso, 2004). A autora ainda argumenta que a narrativa da própria trajetória é, de fato, um processo de reconstrução de sentido, a qual envolve três ações: uma reflexão sobre o percurso vivido; contextualização dos diferentes espaços em que esteve inserido e a emergência de aprendizagens (Silva, 2019).

A pesquisa narrativa autobiográfica tem sido amplamente empregada no campo da educação, especialmente nos estudos sobre formação docente. Passeggi (2011), ao investigar a formação de professores, afirma que “as narrativas autobiográficas são recursos valiosos para que os educadores reflitam sobre sua prática, reconhecendo os fatores que influenciaram sua trajetória profissional e pessoal” (Passeggi, 2011, p. 73). Para a autora, o exercício de narrar a própria vida profissional possibilita ao professor identificar momentos decisivos, desafios enfrentados e aprendizados adquiridos ao longo de sua jornada

Freire (1994), ao abordar a importância da reflexão na formação da consciência crítica, reforça que a narrativa pessoal é uma forma de autoformação. Para ele, “narrar a



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Farroupilha

própria vida é um ato político, pois implica reconhecer-se como sujeito da própria história e, ao mesmo tempo, como parte de um contexto social mais amplo” (Freire, 1994, p. 39).

Por outro lado, com o intuito de conhecer o que vem sendo produzido no meio acadêmico sobre o tema foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a qual é compreendida como um trabalho investigativo, que requer conhecimento, onde o autor possa apresentar os dados que existem de forma com que o leitor possa entender e compreender o que está sendo escrito de forma que contribua com a sua investigação. Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266):

[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a realização temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Como procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica foi feito um levantamento de artigos acadêmicos científicos na Plataforma de Periódicos da Capes dos últimos dez anos de produção científica (2016-2025). Tal levantamento foi feito entre os meses de setembro e outubro de 2025. Para tanto foram utilizadas duas “duplas” de descritores: *estudante indígena e ensino superior*; e *estudante indígena e permanência*. No uso do primeiro conjunto de descritores foram encontrados 83 trabalhos e fazendo uso dos filtros: recorte temporal, língua portuguesa, artigo revisado por pares, de acesso aberto e da área das ciências humanas apareceram 18 pesquisas, destas foi feita a leitura dos títulos e resumos para por fim, serem escolhidas quatro trabalhos que possuíam maior proximidade com o tema de pesquisa. Abaixo está disposta uma tabela com a descrição destes estudos:

**Tabela 1: artigos selecionados dos descritores *estudante indígena e ensino superior***



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Farroupilha

Título do Artigo	Autores	Ano de Publicação
Representações sociais de futuros professores a respeito da questão indígena	Luciana Aparecida Farias Ilana Fichberg Thaís Cyrino de Mello Forato Michelle Manfrini Morais Silvana Zajac	2022
10 Anos do Processo Seletivo Especial na UFPA: conquistas e desafios da inserção do movimento indígena no ensino superior paraense	Gabriel Silva Braga Denise Machado Cardoso Elaine Bruno Lima Bare Antonio Jose Marinho Aguiar Neto Piratapuia	2025
Indígenas na universidade - meu mundo, seu mundo, nosso mundo	Jonas Gomes da Silva Glauca Mitsuko Ataka da Rocha	2021
Presença indígena na universidade como retomada de território	Adriana Dallacqua Ayres Fernanda da Rocha Brando Olavo Martins Ayres	2023

Fonte: própria autora

Num segundo momento foram utilizados os descritores: *estudante indígena e permanência* e foram encontrados 53 trabalhos. Fazendo o uso dos filtros: recorte temporal, língua portuguesa, artigo revisado por pares, de acesso aberto, produção nacional e da área das ciências humanas apareceram 14 pesquisas, dessas foi feita a leitura dos títulos e resumos para por fim, serem escolhidas dois trabalhos que possuíam maior proximidade com o tema de pesquisa. Abaixo está disposta uma tabela com a descrição destes estudos:

**Tabela 2: artigos selecionados dos descritores *estudante indígena e permanência***

Título do Artigo	Autores	Ano de Publicação
Provocações para Ressignificar e descolonizar a universidade: Uma análise da experiência de estudantes indígenas da UFFS	Luciella Peron Rosenei Cella Diego Palmeira Rodrigues	2023
Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de	Maria Aparecida Bergamaschi Michele Barcelos Doebber	2018



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

acesso e permanência	Patricia Oliveira Brito	
----------------------	-------------------------	--

Fonte: própria autora

Ainda sobre o percurso metodológico, foi feita a impressão dos seis textos selecionados para análise para melhor leitura e compreensão dos mesmos. Na próxima seção compartilho a análise produzida a partir dessas leituras, a qual tem como objetivo dialogar sobre os desafios e dificuldades presentes no processo de permanência dos estudantes indígenas no ensino superior. Uma vez que, no que tange ao acesso desses estudantes ao ensino superior já vem sendo “garantido” a partir das políticas e programas governamentais já citados no presente trabalho.

#### **4. OS DESAFIOS E DIFICULDADES NO PROCESSO DE PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR**

Na presente seção irei compartilhar a leitura analítica dos artigos selecionados para realização do presente estudo, com o intuito de dialogar sobre os desafios e dificuldades encontrados pelos estudantes indígenas no processo de permanência no ensino superior.

O artigo de Faria et al (2022) tem como objetivo “[...] contribuir com a discussão sobre tal problemática e o seu papel nas discussões a respeito de uma educação para as relações étnico-raciais na formação inicial de professores” (p.22). Os autores sinalizam a relevância de sua pesquisa ao destacar que “[...] são incipientes os estudos que buscam avaliar as representações sociais de futuros professores referentes às questões indígenas e a relação que isso estabelece com a efetividade da aplicação da Lei n. 11.645/08 no tocante à inclusão da temática indígena na educação básica” (p.22).

Esse artigo me ajuda a pensar no meu trabalho e na minha permanência no ensino superior como estudante indígena. Que nós indígenas ainda não somos vistos no



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

contexto universitário, digo isso porque sou uma universitária que passou e ainda passo por dificuldade nesses espaços, são desafios que enfrento no dia a dia para ser aceita e permanecer. Particularmente encontro nos desafios vividos cotidianamente a força para garantir o “nosso direito” de vir e de ir em busca das melhores condições para o “nosso” futuro de outros que ainda estão por vir. Coloco ênfase no termo nosso, pois acredito que enquanto indígena estou também representando a minha cultura e meu povo.

O artigo de Braga et. al (2025, p.1) destaca que “[...] O debate sobre o acesso dos povos indígenas nas instituições de ensino superior ainda é recente, considerando o tempo de existência das universidades e do ingresso de indígenas como estudantes em cursos de graduação”. Nessa direção os autores buscam “[...] compreender quais avanços ocorreram nessa primeira década, bem como sintetizar os desafios enfrentados nessa instituição” (p.1). Este foi um estudo desenvolvido na Universidade Federal do Pará, que teve seu primeiro processo seletivo para estudantes indígenas na graduação no ano de 2010 e faz um balanço de 2010 a 2020 referente aos desafios enfrentados nessa instituição.

Escolhi este artigo porque ele me faz pensar sobre o meu trabalho, e como os estudantes indígenas enfrentam o racismo nas universidades, não só nesses espaços mas também nos lugares que frequentamos como nas sociedade não indígenas, somos criticados por ser indígenas até mesmo por querer frequentar as instituições as universidades e de estar no mesmo espaços. Mesmo diante de dispositivos legais e normativos que sustentam de certa forma o acesso ao ensino superior, o processo de permanência do estar dentro dentro da universidade efetivamente incluída ainda se apresenta como um caminho social em construção.

A luta dos movimentos indígenas e indigenistas por políticas e práticas diferenciadas relaciona-se ao avanço escolar indígena, permeado pela resistência à educação escolar universalizante, que não levava em conta sua especificidade e diversidade cultural entre as etnias (Braga et al, 2025, p. 3).



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

Em consonância com a citação acima, o estudo de Faustino, Novak e Rodrigues (2020), falam sobre essa presença de estudantes indígenas no ensino superior e como tem se ampliado como forma de acesso a novos conhecimentos, de fortalecimento das lutas por igualdade e justiça social, de enfrentamento ao preconceito e de busca por maior participação econômica, política e social em suas comunidades e na sociedade envolvente. Apesar dos avanços, os autores apontam que ainda persistem desafios significativos, especialmente no que diz respeito às condições materiais oferecidas e à necessidade de ampliação dos auxílios destinados a esses estudantes.

Ao seguirmos com a leitura analítica dos trabalhos, destaco o estudo de Silva e Rocha (2021) intitulado “Indígenas na universidade - meu mundo, seu mundo, nosso mundo” o qual tem como objetivo geral: “[...] levantar problemas e recursos de enfrentamento nos quatro setores da adaptação de um estudante indígena Akwe Xerente, da Universidade Federal do Tocantins(UFT)” (p.1).

O artigo traz os desafios que os estudantes indígenas enfrentam quando eles(as) chegam no ensino superior, a busca de apoio na instituição onde ele está vinculado porque sem essa ajuda os estudantes não conseguem acessar de forma igualitária os materiais de ensino, o conhecimento que será trabalhado em sala de aula. E acredito que este apoio e olhar diferenciado por parte dos professores faz muita diferença para os estudantes indígenas. Por outro lado, o estudo de Silva e Rocha (2021) destaca que nas falas dos estudantes indígenas ficou evidente uma constante busca de aprender sobre os trabalhos das áreas do curso onde eles(as) tinham mais conhecimento. Outra questão que não podia deixar de escrever é sobre cultura indígena que também gera a inclusão dos estudantes indígenas, e é nesses locais e nas dependências das universidades e das instituições federais, que precisamos compreender mais sobre a presença indígena nessas áreas, isso porque muitos dependem do deslocamento de suas aldeias e a distância da família, entre esses desafios estão “[...] estudantes indígenas que são mães e mulheres que enfrentam o preconceito para acessar esses espaços e ter o seu lugar reconhecidos” Silva e Rocha (2021, p.3). A busca pelo conhecimento nos estudos



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

também é um desafio na vida dos estudantes indígenas, as dificuldades que eles(as) passaram para ter uma formação exemplar de ser um dia professores(as), claro que para chegar nesses espaços se encontram dificuldades e desafios, mais creio que aos poucos nos estudantes indígenas estamos conquistando o que é nosso por direito.

Por fim, a leitura do trabalho de Silva e Rocha (2021) me faz lembrar o maior problema que os estudantes indígenas enfrentam quando chegam às instituições e universidades, a falta de respeito por ser indígena e ao qual etnia pertence. Por outro lado, a ausência muitas vezes de um espaço de diálogo junto a falta do reconhecimento, pelos colegas de classes, professores, falta de recursos/materiais para o estudante indígena realizar os trabalhos das disciplinas que envolvem o uso da internet. Faço este destaque porque muitas comunidades/aldeias ainda não têm acesso a internet, por conta disso que muitos estudantes indígenas acabam não chegando às universidades. Outro ponto importante se trata do deslocamento para participar presencialmente das aulas, muitas vezes à distância e o custo financeiro de deslocamento da aldeia dificultam o processo de estudo. trago essa experiência que também faz parte da vida das mulheres que estão frequentado ou que vão frequentar as universidades/instituições são vivência que ao longo do tempo nos estudantes indígenas temos que enfrentar para permanecermos no ensino superior e ter o melhor resultado de nossas vidas, seja ela dura mais o que importa que sempre venceremos os desafios que tiver pelo caminho.

A pesquisa de Ayres et al (2023) intitulada “Presença indígena na universidade como retomada de território” “[...] visa debater a percepção desses estudantes acerca de sua presença e das relações interpessoais e epistemológicas em universidades” (p.1). Para tanto, foi feito um recorte das trajetórias dos acadêmicos Kaingang entrevistados, relacionando com dados pesquisados em documentos oficiais e bibliográficos.

Essa pesquisa trata de uma questão mais aprofundada sobre os direitos educacionais dos estudantes indígenas, incluindo os conteúdos que serão fundamentais para os estudantes indígenas na universidade, localizada no Estado do Paraná. Ao fazer a leitura deste estudo, o que realmente me chamou atenção é de que essa universidade



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

não criou um obstáculo para programar materiais de ensino e ampliar o acesso para os estudantes indígenas. Tendo a presença indígena simplesmente na sua universidade, praticamente ela se dedicou a fazer o melhor para que os estudantes indígenas se sentissem como parte daquele lugar que seria um novo começo para as suas carreiras profissionais. A universidade também inclui os direitos da educação dos povos indígenas e as reivindicações de seus direitos junto à universidade ao qual eles estão presentes ou que frequentam. O texto também fala sobre a cultura indígena reforçando que “[...] seus indivíduos e também como se dividem os grupos, têm os Kamé e os Cairu e assim que os grupos se organizam até mesmo em sua economia, que ainda hoje se destaca pela agricultura” (Veiga, 2006, apud Ayres, 2023, p.5).

Ainda sobre a leitura feita da pesquisa Ayres et al (2023), ela me faz pensar que sempre que um indígena entra numa universidade/instituição, se diz não conhecer o direito do indígena esse é o primeiro problema que é encontrado. Mas ainda há territórios indígenas que estão sendo reconhecidos por alguns Estados e pelas universidades, isso é muito bom para os indígenas, o seu direito reconhecido pois isso faz com que os indígenas tenham mais confiança e esperança de chegar às universidades. Assim os estudantes podem levar o conhecimentos acadêmicos para a sua comunidade ao qual pertence, e garantir o acesso ao ensino superior, isso mostra que eles(as) são capazes de dar o seu melhor nos seus conhecimentos acadêmicos. A mesma razão que não podia ser diferente para mim como estudante indígena, é que isso traz para mim uma luta ao qual tenho que enfrentar todos os dias desafios para conquistar o que é seu por direito.

A luta dos índios, hoje, tanto se caracteriza como de resistência étnica quanto de cidadania. Ambas são dimensões distintas do mesmo processo e não podem ser dissociadas, pois são faces de uma única realidade. A garantia de uma depende, necessariamente, da conquista da outra. Os Kaingáng também foram considerados como índios “aculturados” e como tais foram objetos de estudo; de outro lado, deparamo-nos com índios que também se dizem “aculturados”, em oposição aos seus antepassados, estes caracterizados como índios “puros” ou “bravos” (Tommasino, 1995, p.19).



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

O direito como estudante indígena de permanecer e frequentar a uma universidade/instituições, creio que isso não vai para por aqui, seja uma graduação ou uma pós graduação é preciso continuar a busca, por aqueles que ainda estão em busca pelo mesmo caminho para acessar o ensino superior, vale ressaltar que não importa se você se forma em uma graduação o mais importante é que temos que continuar a lutar pelo nossos espaços como estudantes indígenas, e também pelo nosso povo ao qual pertencemos.

No estudo de Peron et al (2023) intitulado "Provocações para Ressignificar e Descolonizar a Universidade: uma análise da experiência de estudantes indígenas da UFFS" tem como objetivo "[...] problematizar a universidade, o preconceito, a discriminação e a hegemonia epistemológica eurocêntrica a partir das experiências de estudantes indígenas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)" (p.1).

Esse estudo nos traz o verdadeiro desafio que os estudantes indígenas passam para entrar nas instituições/universidades, sei que a nossa presença incomoda muitos. Porém, nós enquanto estudantes indígenas ainda estamos lutando pelo o que é nosso por direito, e um lugar onde todos possam ter o mesmo direito de frequentar, participar, dialogar, compartilhar os conhecimentos e saberes acadêmicos. Por vezes pode ser difícil de compreender, mas para nós estarmos neste espaço institucional é um novo mundo, no qual nos deparamos muitas vezes com situações de preconceito e racismo. Peron et al (2025) compartilham deste mesmo sentimento ao destacar que "[...] os estudantes indígenas ainda enfrentam situações difíceis, que são as relações coloniais e o sofrimento por elas gerado, e que é necessário quebrar paradigmas e construir possibilidades para romper o ciclo de violências ainda em curso" (p.1).

Esses são as principais causas que os estudantes indígenas enfrentam não basta compreender, mas entender a realidade de cada um principalmente as mulheres indígenas que são estudantes sabem porque, porque essas mulheres praticamente são mães, é preciso conhecer sobre as nossas realidades nossos espaços que vivemos seja elas nas universidade/instituições, nunca vamos deixar de ser indígenas, mesmos que o



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

tempo mude nós permaneceremos como estudantes indígenas, ou um membro da sua comunidade e sempre lutarmos pelo nosso direito, são obstáculos que encontraremos pelo caminho mais uma conquista com orgulho.

Por fim, o artigo “Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência” de Bergamaschi et al (2018) discute a presença de estudantes indígenas no ensino superior como uma política pública ainda em consolidação no Brasil, buscando analisar tanto as formas de ingresso quanto as principais ações voltadas à permanência desses estudantes nas universidades. A pesquisa apoia-se em investigações que procuram compreender e oferecer subsídios aos processos relacionados à participação indígena e aos saberes ameríndios no contexto universitário.

Eu escolhi este artigo porque ele me traz um tema central do meu trabalho, como a presença de estudantes indígenas no ensino superior, e de que forma podemos ter o acesso à essas. Percebo que nós indígenas ainda temos muito que incentivar os estudantes indígenas a dar a continuidade nos estudos e uma possibilidade de acessar e ingressar no ensino superior e permanecer, não só para ter o conhecimento acadêmico mais para levar o que aprendeu durante o curso ao qual se capacitou. Vale ressaltar também que as vagas que são ofertadas para os candidatos indígenas são poucas para a quantidades de candidato, além disso para os estudantes indígenas poderem acessar qualquer tipo de graduação ou pós-graduação é preciso que se declare morador da comunidade indígena/aldeia indígena, ou ao qual etnia pertence, vejo que é aí que entra a política das universidades/instituições, para saber se realmente são indígenas que vão acessar o ensino superior.

Os autores também destacam as singularidades desses alunos, que “têm um perfil muito próprio, diferente dos acadêmicos que as universidades públicas estão acostumadas a receber” (Novak, 2007, p. 132). Segundo os autores, são alunos muitas vezes com idades acima da média e com condições econômicas, culturais e históricas diferenciadas (Bergamaschi et al, 2018, p.44).

O destacado acima é bem importante, basta olharmos para os colegas indígenas matriculados na pedagogia do nosso Campus, são estudantes de alguma certa idade,



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

diferentes dos demais que já frequentam estes espaços, outras é quando você já está nesses espaços muitas vezes de não saber de que jeito vai fazer os trabalhos que são proposto pelos professores(as) para você, e nesses momentos que surge o preconceitos e o racismo de quem vai estar no mesmo lugar, é isso atinge a fragilidade do estudante indígena, de ouvir pelos que frequentam a mesma sala, lugar etc...por mais que nós estudantes indígenas se esforcemos somos criticados, pelos demais não só pelos estudantes não-indígenas mas também pelos professores(as) das instituições/universidades.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acho que o maior desafio que percebo enquanto estudante indígena é constituído por inúmeros fatores e situações. Por exemplo, a compreensão dos professores, ou seja, a forma como eles se comunicavam e lecionavam; o uso das tecnologias para estudar - computador, plataformas online como o Moodle, escrita acadêmica de trabalhos, produção de trabalhos em grupos. O fato de fazer muitas disciplinas no semestre também acabava fazendo com que as dúvidas se acumulassem. Nem todos os professores disponibilizavam horários compatíveis de atendimento fora da sala de aula.

Enquanto mulher indígena ao olhar para minha história percebo tudo que passei até chegar aqui. Não foi fácil estar dentro deste contexto predominantemente branco, mas acredito que tive alguns colegas e professores que souberam me apoiar para que eu conseguisse dar continuidade aos meus estudos, mesmo diante de tantas adversidades. E acredito que com o passar do tempo, novos colegas estarão neste lugar e a cada ingresso novos aprendizados e experiências serão produzidas para a melhoria da educação, em especial do acesso e permanência dos estudantes indígenas nas universidades.

Por fim, ao refletir sobre o que me fez permanecer no curso e realizar minha caminhada até aqui foi principalmente pelo apoio da minha família, meu esposo em



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Farroupilha

especial por cuidar de nossos filhos à noite enquanto eu estava em aula. Também pelo apoio de alguns dos professores que tiveram o cuidado em imprimir os materiais para que eu pudesse fazer a leitura e me preparar para as aulas e me atendiam em horários antes da aula para explicar o conteúdo. O acolhimento que recebi na instituição ao chegar com um bebê pequeno e de precisar de um espaço para amamentar nos intervalos das aulas. E por desejar ser também um apoio educativo para minhas filhas nos momentos de atividades da escola e para minha comunidade da aldeia, visto que meu objetivo profissional é atuar na escola da aldeia e contribuir com meus estudos.

## REFERÊNCIAS

AYRES, Adriana Dall'Acqua; BRANDO, Fernanda da Rocha; AYRES, Olavo Martins. Presença indígena na universidade como retomada de território. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280060, 2023.

BERGAMASCHI, M. A. Doebber, M. Brito, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan./abr. 2018.

BOCCATO, V. R.C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** Cidade de São Paulo, São Paulo, v,18,n.3,p.265-274,2006.

BRAGA, G. S; CARDOSO, D. M.; BARÉ, E.L.; PIRATAPUIA, A. J. M. N. 10 Anos do Processo Seletivo Especial na UFPA: conquistas e desafios da inserção do movimento indígena no ensino superior paraense. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1–20, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Cartilha da Lei de Cotas: **Lei nº 12.711/2012**. Brasília, DF: MEC/SESu, 2014. Disponível em: <https://repositorio.mec.gov.br/handle/123456789/187>. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Cotas, Portal MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas>. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Acesso em: out. 2025.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Farroupilha

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.861**, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização e funcionamento. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.416**, de 9 de junho de 2011. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.061, de 30 de outubro de 2013**. Institui a ação “Saberes Indígenas na Escola”, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 98, de 6 de fevereiro de 2013**. Institui ações de apoio à educação escolar indígena no âmbito do Ministério da Educação. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Brasília, DF: MEC, 2024. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais** – PNEEI-TEE. Brasília, DF: MEC, 2025. Acesso em: nov. 2025.

CANAU, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação: desafios para a escola contemporânea. In: CANAU, V. M. F. (org.). **Educação intercultural: entre o local e o global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

CANAU, V. M. F.; RUSSO, K. Interculturalidade e educação na América Latina: uma perspectiva a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 35–51, 2010.

CANAU, V. M. F. Educação intercultural e formação de professores: um desafio para a escola contemporânea. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 235–250, 2012.

FARIAS, Luciana; FICHBERG, Ilana; CYRINO DE MELLO FORATO, Thaís; ZAJAC, Silvana; BRAGAGNOLO, Cibele; MANFRINI MORAIS VATIMO, Michelle; GAVIRIA KASSAMA, Paola Andrea; POSSIDONIO, Shirley; RODRIGUES, Juliane. Representações sociais de futuros professores a respeito da questão indígena. **Revista Confluências Culturais**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 18–35, 2022.

Freire, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Farroupilha*

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Resolução nº 021, de 25 de fevereiro de 2014.** Institui o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) no âmbito do IFRS. Acesso em: nov. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Instrução Normativa PROEN nº 08/2020.** Estabelece procedimentos e diretrizes no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino. Acesso em: nov. 2025.

JOSSO, M.C. **Experiências de vida e formação.** Porto: Ambar, 2004.

PASSEGGI, M. C. (2011). **Pesquisa (Auto)Biográfica e Formação de Professores:** Narrativas em diálogo. Edufba.

PERON, Lucélia; CELLA, Rosenei; RODRIGUES, Diego Palmeira. Provocações para ressignificar e descolonizar a Universidade: uma análise da experiência de estudantes indígenas da Universidade Federal da Fronteira Sul. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 11, n. 00, p. e025004, 2023.

SILVA, F. O. da. Tessituras constitutivas da abordagem (auto)biográfica como dispositivo de pesquisa qualitativa. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–15, 2019.

SILVA, Jonas; ROCHA, Gláucia Mitsuko Ataka da. Indígenas Na Universidade – Meu Mundo, Seu Mundo, Nosso Mundo: Desafios - **Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 8, n. Especial, p. 1–8, 2021.